

## **A importância da rastreabilidade do gado bovino brasileiro.**

Por Maria Thereza Pedrosa<sup>1</sup>  
Em 22 de abril de 08  
Primeira versão.

O presente artigo tem a pretensão de subsidiar a Bancada do Partido dos Trabalhadores para o debate sobre a importância do bom funcionamento do sistema de rastreabilidade bovina no Brasil.

A cadeia da pecuária de corte no Brasil é uma das atividades mais importantes do agronegócio brasileiro. O Brasil detém o maior rebanho comercial do mundo com aproximadamente 202 milhões de cabeças, é o segundo produtor mundial de carne bovina (8,7 milhões de toneladas) e o maior exportador (em receita cambial e volume), vendendo 156 países. Outro aspecto importante é que o consumo interno é de aproximadamente 75% e a exportação é de 25 % da produção total.<sup>2</sup>

Em 2001, ficou definido que todos os países que exportam para a União Européia devem rastrear sua carne. Em 2002, o Brasil se comprometeu a implantar os princípios da rastreabilidade e o compromisso de, até 2011, ter 100% do gado rastreado.

A rastreabilidade é um sistema de controle de animais que permite sua identificação individual, desde o nascimento até o abate, registrando todos os eventos, ocorrências, manejos, transferências e movimentações do animal. Com a rastreabilidade é possível saber a localização geográfica de zoonoses (doenças que afetam os seres humanos e os animais) e também controlar perigos relacionados com resíduos químicos. A implantação da rastreabilidade é, portanto, um aprimoramento de controle da saúde animal e tem por objetivo garantir segurança alimentar em termos de qualidade nutricional e sanitária<sup>3</sup>.

A garantia permanente de segurança alimentar implica alguns compromissos políticos. São eles: garantia de oferta de alimentos; garantia de acesso universal aos alimentos; garantia da qualidade nutricional e sanitária dos alimentos; e controle da base genética do sistema agroalimentar.<sup>4</sup> Percebe-se que o tema “segurança alimentar” tem quatro

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma, mestre em Desenvolvimento Sustentável e assessora da Bancada do Partido dos Trabalhadores na Câmara dos Deputados.

<sup>2</sup> Fonte: Embrapa Gado de Corte, FNP, citado por Sônia Azevedo Nunes (Ministério da Agricultura).

<sup>3</sup> FIUZA, Terezinha Perillo. “Rastreabilidade Bovina no Brasil”. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Setembro de 2007.

<sup>4</sup> PESSANHA, Lavínia. “Transgênicos, recursos genéticos e segurança alimentar: o que está em jogo nos debates ?”/ Lavínia Pessanha e John Wilkson – Campinas. SP: Armazém do Ipê (Autores Associados), 2005.

dimensões. Mas, nesse texto, trataremos somente da segurança alimentar em termos de garantia nutricional e sanitária.

O atual Ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, quando nomeado, comprometeu-se de manter barreiras sanitárias contra zoonoses nas fronteiras, aprimorar o sistema de rastreabilidade e realizar testes de eficiência da vacina contra febre aftosa. Logo depois da sua posse, esteve em várias reuniões na Europa e voltou com a certeza de que a União Européia tem grande interesse de continuar a importar a nossa carne, mas exige que o Brasil cumpra com os compromissos assumidos.

Apesar de a União Européia afirmar que a produção brasileira de carne é boa, observa-se problemas relacionados com o nosso sistema de rastreabilidade. Portanto, a União Européia solicitou ao Brasil uma lista de propriedades que estariam conformes o acordo previamente estabelecido. Dessa lista, poderiam ser agregadas mais propriedades, desde que viessem a se adequar ao estabelecido. Para a surpresa de todos, a lista foi de apenas 96 propriedades.<sup>5</sup>

Nos últimos anos, a preocupação com a segurança alimentar, nos últimos anos, cresceu entre os consumidores europeus devido, em grande parte, ao caso da vaca louca, que gerou permanente desconfiança na qualidade dos alimentos. Nessa perspectiva, a livre circulação de alimentos seguros tornou-se um dos princípios fundamentais do mercado europeu. Como os alimentos que chegam às mesas dos europeus vêm de realidades diversas e de locais distantes, a União Européia tem tentado oferecer alto grau de segurança no consumo dos produtos alimentares aos consumidores europeus.

A definição sintética de segurança alimentar dada pela União Européia está baseada na corresponsabilidade que vai do campo à mesa. Ou seja, a segurança dos alimentos depende dos esforços de todos os que estão envolvidos na cadeia produtiva (plantio ou criação de animais, colheita ou abate, transporte, agregação de valor, armazenagem, distribuição, comercialização e consumo). Dessa forma, cada produto alimentar (qualquer que seja a sua origem, a sua destinação e o seu custo) deve dar elevada garantia de segurança ao consumidor.

A segurança alimentar na Europa conta com, pelo menos, três princípios: O princípio da precaução, que determina que, no caso em que haja possibilidade de risco para a saúde ligado ao uso de determinado produto alimentar, mas que permaneça uma situação de incerteza no plano científico, são adotadas medidas de segurança para prevenir ou reduzir os efeitos danosos<sup>6</sup>. O segundo princípio é o da transparência, que

---

<sup>5</sup> Segundo o Ministro Reinhold Stephanes, em Audiência Pública, no dia 19 de março de 2008, na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados.

<sup>6</sup> A avaliação dos riscos é um processo feito em bases científicas, constituído de 4 fases: individualização do perigo; caracterização do perigo, avaliação da exposição ao perigo e caracterização do risco. Entende-se por perigo o agente biológico, químico ou físico contido em um alimento ou ração ou a condição em que um alimento ou uma ração se encontra em grau de provocar um efeito nocivo à saúde.

determina que os consumidores devem estar constantemente e adequadamente informados sobre os riscos ligados ao uso de determinados produtos alimentares. Ainda há um terceiro princípio que determina que tudo aquilo que não é expressamente autorizado será proibido. Tal situação representa exatamente o contrário de tudo aquilo que não é expressamente proibido é permitido.

A União Europeia conta com a Autoridade Europeia para a Segurança Alimentar e fixa procedimentos precisos no campo da segurança alimentar<sup>7</sup>. Uma de suas tarefas é elaborar manuais de correta prática higiênica e documentos de aplicação específica para um determinado setor da produção alimentar. Esses documentos partem de análises técnicas dos riscos que podem estar ligados ao consumo de uma determinada tipologia de alimento e propõem, em termos gerais, os instrumentos para prevení-los ou reduzi-los. Esses manuais representam eficazes instrumentos para ajudar o setor produtivo no planejamento dos próprios planos de autocontrole da produção.

A União Europeia também conta com o Livro Branco da Segurança Alimentar, um documento programático que se propõe a garantir um elevado nível de segurança alimentar. Este reconhece que o consumidor tem o direito às informações claras e compreensíveis sobre a qualidade dos alimentos e seus ingredientes e os riscos que qualquer alimento pode causar a determinado grupo de pessoas. Por isso, deve haver um controle de toda a cadeia alimentar nas diversas fases.

Um importante instrumento para assegurar a segurança dos produtos alimentares na União Europeia, é o Sistema de Alerta Rápido. Trata-se de uma rede que notifica em tempo real eventuais riscos de saúde pública relacionados com o consumo de produtos alimentares. No caso em que um membro dessa rede disponha de informações relativas à existência de um risco direto ou indireto para a saúde humana devido a um alimento ou a uma ração animal, este transmite imediatamente tal informação aos demais países membros da União Europeia. Assim, são adotados procedimentos para retirar os produtos alimentares perigosos à saúde da coletividade.

Por fim, o aspecto fundamental para a segurança alimentar na Europa é a "rastreadibilidade" considerada como a possibilidade de reconstruir e seguir o percurso de um alimento ou de uma ração por meio de todas fases da produção, transformação, armazenagem, transporte e comercialização. O escopo é, portanto, mapear tudo que ocorre na cadeia produtiva, desde a produção até o consumidor final. É o conhecido "from farm to fork"<sup>8</sup>.

O Japão, a Nova Zelândia, a Austrália, o Uruguai e o Canadá estão implantando sistemas de rastreadibilidade. A Austrália é grande exportadora de carne para o Japão e

---

<sup>7</sup> Um aspecto fundamental é que nenhum produto (para uso direto do consumidor ou para uso dos animais) pode ser comercializado se é perigoso, nocivo para a saúde ou não adaptado para o consumo. Para se determinar se um produto alimentar é perigoso, deve se verificar as informações fornecidas aos consumidores, o provável efeito imediato ou retardado sobre a saúde, as conseqüências tóxicas cumulativas e as eventuais particularidades sensibilidades de grupos de consumidores (como alergias). Quando um produto alimentar perigoso faz parte de um determinado lote, todo o lote é considerado perigoso.

<sup>8</sup> Da fazenda ao garfo.

basta o consumidor japonês entrar com uma senha em um computador no supermercado, que será informado de onde vem a peça de carne, o nome do pecuarista, a raça e o sexo do animal, a ração utilizada e a idade que o animal tinha no momento do abate.<sup>9</sup>

Há quem defenda a tese de que o Brasil não precisa da rastreabilidade, porque como o gado brasileiro é criado em pastagem e a carne é exportada maturada e desossada, não há riscos de proliferação das doenças da vaca louca e da febre aftosa, portanto, a exigência de rastreabilidade não passa de uma justificativa para mais uma batalha comercial.

Mas essa tese é descartada porque por mais que esteja havendo um boicote comercial à carne Brasileira, verifica-se que a Europa vive com medo daquilo que consome e, por isso, tem uma política rígida de segurança alimentar. Portanto, o bom funcionamento do sistema de rastreamento no Brasil é imprescindível para garantir a exportação para o Velho Continente.

É certo que a implantação de um eficiente sistema de rastreabilidade aumentará o custo de produção, mas, por um lado, qualquer produto rastreado tem valor agregado, tornando-se menos sujeito à instabilidade mercadológica e mais competitivo. Por outro lado, o bom funcionamento do sistema de rastreabilidade é de grande utilidade para as atividades veterinárias e zootécnicas, porque permite rastrear e combater enfermidades rapidamente e melhorar o manejo pecuário, a assistência técnica e a pesquisa agropecuária. Como o custo da produção aumentará, pode-se pensar em criar algum tipo de dispositivo que subsidie o pequeno produtor e o assentado de reforma agrária.

Por fim, a rastreabilidade também oferece maior controle do governo em relação à atividade pecuária. Esse controle é importante em termos fundiários porque há desconfiças de que há “aluguel” de gado para justificar o uso da terra em latifúndios improdutivos, e portanto, não justificando sua desapropriação para fins de reforma agrária. Um bom sistema de rastreabilidade pode oferecer também “maior conhecimento da cadeia produtiva da carne pelo setor público, proporcionando maior capacidade de intervenção de políticas públicas para o setor, oferecendo condição para a ampliação da formalidade da atividade e, por conseqüência, da arrecadação tributária”.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> FIUZA, Terezinha Perillo. Rastreabilidade Bovina no Brasil. Consultoria Legislativa da Câmara dos Deputados. Setembro de 2007.

<sup>10</sup> Segundo Pedro Noblat, economista e assessor técnico da Bancada do Partido dos Trabalhadores da Câmara dos Deputados, em conversa com a autora do artigo.